

## CONCLUSÃO

Para efeito de conclusão, comentarei separadamente cada uma das diferentes práticas de reescrita apresentadas e analisadas nesta dissertação, fazendo um elo com a tradução ética proposta por Venuti e Berman, e com minha preocupação em delinear uma identidade relativamente estável para a prática e a teoria da tradução.

Na chamada “tradução feminista” nota-se uma expressa infidelidade ao original – infidelidade essa entendida nos termos que aqui procurei expressar. Como comentei brevemente no capítulo anterior, a função de tal reescrita é subverter a linguagem padrão para que fale a favor da mulher. Dessa forma, traduzir em nome de sua agenda política só faz sentido se a tradução não tiver uma relação de submissão ao texto original. Ao inverter essa dinâmica, simbolicamente, as feministas rompem a relação de submissão da mulher ao homem. Em analogia com os termos que envolvem a tradução, a mulher reivindica sua função de “produtora”, em vez de “reprodutora”, de “original”, em vez de “cópia”, de “autônoma”, em vez de “dependente”. Como a língua é para elas uma instituição social que reforça a dominação do homem sobre a mulher, ela deve ser subvertida.

Desde o início deste trabalho, me propus a investigar essa prática para verificar até que ponto se aproximava ou se afastava da idéia mais comum de tradução, ou seja, como reiteradamente dito, a tradução como uma representação o mais próxima possível da interpretação do original dada pelo tradutor. E agora, depois de estudá-la, confirmo a suspeita inicial quanto à inadequação de se considerar tradução essa prática manipuladora que propõe uma autonomia acentuada, ou mesmo total em relação ao texto original. A meu ver, o mais adequado seria tê-la como uma outra forma de reescrita, tal como a imitação, a paródia ou a adaptação. Como citado no capítulo 4 (v. p.64 desta dissertação), Barbara Godard, teórica representativa desse movimento, afirma que “o conceito de tradução é ampliado para incluir imitação, adaptação, citação, pastiche, paródia

– todos diferentes modos de reescrita: em resumo, todas as formas de interpretação de trabalhos e discursos”. Essa é, de fato, uma perspectiva bastante ampliada do conceito de tradução que inclui, no meu entender, práticas que ultrapassam os limites da tradução que aqui advogo.

O termo “reescrita” cunhado por Lefevere oferece uma alternativa que pode contribuir para se estabelecer uma ordem na confusão terminológico-conceitual que tem predominado em nosso campo. O termo, se ampliado, pode englobar tradução, adaptação, paródia, pastiche, imitação etc. Ou seja, as diferentes formas de reescrita, de textos derivados de textos estrangeiros. Parece-me que o termo “tradução” está sendo usado no lugar de “reescrita” que é mais abrangente, acentuando assim a confusão a que me referi.

Creio que identificar a prática da tradução com práticas de reescrita desse tipo ou não diferenciar a tradução de outras práticas não contribui para sua valorização como prática profissional, pois dificulta o estabelecimento de uma relação de confiança com os leitores. Na medida em que qualquer tipo de reescrita é chamado de tradução, cria-se uma confusão que a meu ver presta um desserviço à profissão, não auxilia nos esforços de esclarecer o público e de desfazer crenças equivocadas para “‘tirar o tradutor da marginalidade’ tornando visível a relevância e a complexidade intelectual de seu trabalho” (Frota, 2003 p.6).

Por outro lado, creio que o trabalho das feministas não entra em choque com a atitude ética proposta por Berman e Venuti, mais especificamente com aquelas mais recentes que identifiquei com o segundo Berman e segundo Venuti. Como vimos, ambos reconhecem que mesmo uma tradução domesticadora não deve ser considerada como antiética desde que exponha suas estratégias por meio de notas e prefácios. Nesse sentido, as “tradutoras” feministas são bastante coerentes. De modo geral, fazem uso constante de paratextos para expor sua relação com o texto a ser traduzido e mostrar o tipo de abordagem que adotam em relação a ele. A meu ver, o problema da chamada tradução feminista é, como apontei no capítulo anterior, terminológico-conceitual, já que, o fato de elas informarem suas estratégias é uma atitude de respeito para com os leitores e contribui para que não se faça mau proveito de sua “boa fé”.

Dentre as práticas “tradutórias” pós-colonialistas estudadas neste trabalho, podem-se identificar basicamente três tipos: as traduções composicionais, as

traduções autorizadas e a tradução estrangeirizadora tal como a que Gayatri Spivak realiza.

As chamadas traduções composicionais consistem na produção de textos em línguas européias (inglês e francês) por autores africanos – falantes nativos de línguas africanas – a rigor textos originais que, no entanto, são por eles considerados traduções. Esses autores reivindicam uma identidade tradutória para seus textos porque afirmam tratar-se de traduções de narrativas orais, de tradições e de costumes implicados em suas línguas nativas africanas.

No meu entender, o uso do termo “tradução” para identificar essa prática é feito de maneira metafórica, já que um dos principais traços definidores de uma tradução é o fato de ela ser um texto derivado de outro texto, este escrito em outra língua. Nesse caso, não há propriamente um texto de partida, o que nem sequer os qualifica como um tipo de reescrita. Dessa forma, considero que a escolha do termo “tradução” para dar nome a essa prática só tem mesmo uma justificativa político-ideológica; tecnicamente, vejo como inadequado esse uso do termo. Eu acharia mais conveniente que esses textos fossem reconhecidos como literatura original africana em língua européia e não como traduções.

A segunda prática, as traduções autorizadas, são textos traduzidos de línguas africanas para línguas européias, na maioria das vezes para o inglês e por seus próprios autores, ou seja, auto-traduções. Essas traduções utilizam a estratégia de domesticação, de forma que em inglês sejam textos mais legíveis que não apresentem opacidades relativas a diferenças culturais. Julgo relevante pensarmos no paradoxo que envolve essa prática. Os autores africanos traduzem suas obras para o inglês para que tenham mais alcance e sejam lidas por um público mais ampliado; porém, para que sejam lidas e consumidas por esse público, os próprios autores, ao traduzir suas obras, minimizam e apagam grande parte das marcas culturais de seus textos originais, apagando também as peculiaridades que os diferenciam e que querem tanto difundir para além de suas comunidades. O paradoxo a meu ver é o fato de esses tradutores assumirem uma estratégia tradutória imperialista.

Quando Venuti apresenta seus argumentos contra a tradução domesticadora, ele fala de uma prática realizada por países hegemônicos. No caso desses tradutores africanos, apesar de não serem cidadãos de nações hegemônicas e de desejarem difundir a cultura africana justamente num movimento oposto ao

imperialismo, eles acabam se amoldando aos padrões editoriais desses países para tentar promover sua literatura, mesmo que às custas do apagamento do que talvez haja de mais relevante em seu trabalho: a diferença. Essa atitude nos leva a refletir sobre uma característica que parece predominar em algumas propostas contemporâneas de nossa área: o deslocamento do foco no universo de partida de um texto para o seu universo de chegada, ou seja, do original para sua tradução.

Se antes da chamada virada cultural ou virada pós-estruturalista predominava na teoria da tradução um discurso que supervalorizava o universo de partida, agora vemos uma inversão da dicotomia, em vez de uma superação dela. Gideon Toury, um importante teórico da tradução que, embora não seja o representante mais emblemático dessa virada pós-estruturalista, é por ela influenciado, afirma que “as traduções são fatos de um único sistema: o sistema alvo.” (Toury apud Shuttleworth, 1997, p.39). O paradigma descritivista, do qual esse teórico compartilha, quer mostrar que “os parâmetros usados para orientar a prática tradutória numa dada cultura são ditados pelos modelos em operação na língua de chegada” (Nielsen, p.28, inédito). Para os adeptos desse paradigma o importante é “determinar o lugar que uma tradução ocupa dentro do sistema literário da língua-meta, e não mais verificar até que ponto o texto traduzido conseguiu refletir o chamado original” (Martins apud Nielsen, p. 30).

Esses breves comentários sobre o paradigma descritivista são trazidos à conclusão deste trabalho apenas para mostrar como na teoria da tradução contemporânea há respaldo que justifica práticas “tradutórias” que se distanciam do universo de partida a ponto de considerar que a tradução pode estar descolada ou independente do seu texto original.

A terceira abordagem na prática tradutória pós-colonialista é aquela que é ilustrada pelo trabalho de Gayatri Spivak. Essa tradutora preocupa-se em não mistificar as culturas periféricas, mais especificamente a indiana, através das traduções que realiza. Sua seleção de textos a serem traduzidos é semelhante à de Venuti em seu projeto minorizante, pois busca traduzir para o inglês textos que possuem um *status* de minoridade, que questionem o padrão de comportamento dominante. Em suas traduções, ela faz uso de notas e de prefácios e inclui entrevistas com o autor do texto original numa tentativa de informar o leitor acerca do universo de partida daquela obra. Ou seja, Spivak adota uma estratégia

estrangeirizadora, de respeito a esse universo e, além disso, preocupa-se em conscientizar seu leitor de sua presença como mediadora do processo de tradução.

O projeto minorizante de Venuti, por sua vez, não propõe subverter o texto original, ou seja, não consiste em afastar-se dele de modo radical para defender uma agenda política, como fazem as feministas. Pelo contrário, na medida em que se aproxima mais do texto de partida, mais consegue concretizar sua luta: a de tornar o estrangeiro visível e a de dar também visibilidade ao tradutor e à tradução. A subversão de Venuti volta-se para o modelo predominante de tradução no contexto anglo-americano, que visa ocultar a estrangeiridade do outro e a mediação do tradutor. Assim, a prática tradutória de Venuti coincide com o compromisso de oferecer ao leitor uma visão o mais próxima possível daquela que o tradutor tem do texto original. Estar comprometido com o leitor é estar comprometido com o original, embora, repito, não seja possível satisfazê-lo integralmente, já que a sua expectativa de fidelidade absoluta é irrealizável. Isso, entretanto, não justifica que se recaia no pólo oposto das dicotomias cópia/criação, tradução literal/criativa, tradução absolutamente fiel/escrita autoral etc.

O uso de arcaísmos, marca do projeto minorizante de Venuti aqui apresentado, levanta uma questão que eu diria sem muita saída. Quando se decide traduzir um texto antigo pode-se optar por utilizar arcaísmos, como o fez Venuti em sua tradução do texto de Tarchetti, para de certa forma datar a escrita original daquele texto. Ao mesmo tempo, na época em que o texto original foi escrito, o linguajar utilizado por seu autor era contemporâneo à sua escrita, o que poderia levar o tradutor a utilizar uma linguagem contemporânea para se aproximar mais da proposta do autor. Ou seja, haverá sempre uma escolha a ser feita pelo tradutor de forma a priorizar um aspecto ou outro. Creio que esse é um bom exemplo de intervenção necessária do tradutor em oposição às intervenções deliberadas com fins políticos expressos, como ocorre com frequência na prática de reescrita das feministas.

Vale lembrar que o objetivo deste trabalho não é julgar o mérito das lutas políticas desses grupos – mesmo porque a considero muito legítima. Mas, principalmente no que tange às práticas feministas (subversão do original e das línguas patriarcais), às traduções composicionais (traduzir é falar de si na língua do colonizador) e às traduções autorizadas (subvertendo pesadamente o texto

original), se a subversão e a transgressão realizadas são, de fato, práticas indispensáveis para a luta político-ideológica, creio que deve haver uma forma de, mesmo operando todas essas subversões, se criar uma relação de confiança com o leitor e fazer jus a sua boa fé.

Neste trabalho vimos, tanto na reescrita feminista (Suzanne de Lotbinière-Harwood), quanto em traduções pós-colonialistas (Gayatri Spivak) e no projeto minorizante de Venuti. Porém, creio que, apesar de termos aí alguns exemplos dessa prática de expor, por meio de paratexto, estratégias manipuladoras ao leitor, ela é recente e não muito comum. Como já mencionei anteriormente, práticas de reescrita que a rigor constituiriam imitações, já que nelas “o tradutor assume a liberdade de moldar o texto, tanto formal quanto semanticamente, segundo sua vontade” (Rolim, 2006, p.14) foram praticadas em diferentes lugares e momentos históricos sem que se explicitasse tal liberdade, e foram apresentadas ao público como traduções, sem qualquer problematização a respeito.

Julgo da maior relevância, em casos desse tipo, informar o leitor acerca das estratégias de tradução, ou melhor, de reescrita, já que essa prática permite ao leitor optar pela leitura ou não da obra, em vez de fazê-lo crer que está tendo acesso, ainda que mediado, a algo quando, na verdade, não está. Nesse sentido é que acho que ele está sendo traído em sua boa fé.

Volto a dizer que não creio que possamos dar ao leitor exatamente o que ele deseja. Mas, como já dito, existe uma diferença significativa entre tentar fazer da tradução uma representação o mais próxima possível do original, ou de nossa interpretação do original, e realizar manipulações deliberadas e radicais a favor de um ideal; como também já dito, essa diferença precisa ser destacada e informada.

Lenita Esteves, em seu artigo “A ética da tradução e seus limites” (1997), sugere que o tradutor esteja sempre consciente de seu papel de mediador não transparente e que assuma a responsabilidade que demanda tal tarefa. (p.165) Ao contrapor as noções de “ética do ideal” e “ética do possível”, ela nos ajuda a aceitar a impossibilidade de realização de certas expectativas do leitor, e a assumir a responsabilidade das escolhas que fazemos como tradutores. Esteves constata que

embora o tradutor, em sua prática, esteja a cada passo se deparando com o fato de que a tradução perfeita é impossível em termos absolutos, pelo simples fato de que traduzir é escrever um texto em outra língua, esses ideais continuam a ser buscados” (Ibid., p.163).

Mas, segundo ela, este não é o único caminho para a prática da tradução, “uma outra posição possível é a do tradutor que está atento para as conseqüências de suas escolhas. A escolha é feita invariável e inevitavelmente por qualquer tradutor, não importa a posição que ele assuma ou julgue assumir” (Ibid.).

Vejo nessas palavras de Esteves uma proposta em direção à tomada de consciência do que é possível na tradução e, a partir daí, o tradutor assumir a responsabilidade por suas escolhas. Dentre elas, a meu ver, está a necessidade de informar o leitor sobre suas estratégias, sejam quais forem, para que se construa uma relação de confiança, uma maior conscientização por parte do público leitor quanto ao que é possível numa tradução e quanto à intermediação inevitável do tradutor, o que pode, conseqüentemente, gerar maior valorização da profissão e do profissional.

As práticas aqui apresentadas, com exceção do projeto minorizante de Venuti e das traduções pós-colonialistas como as de Gayatri Spivak, a meu ver, são denominadas “traduções” devido ao deslizamento conceitual a que me referi no início deste trabalho. O conceito de tradução que defendo é um pouco mais fechado e se aproxima mais do que vem sendo praticado pela maioria dos tradutores, na atualidade, apesar de as propostas teóricas pós-modernas abrirem espaço para que se entenda a tradução como uma categoria que engloba diferentes tipos de reescrita, como as que fazem as feministas e diversos pós-colonialistas. Esse afrouxamento das fronteiras teórico-conceituais da tradução, supostamente respaldado pelo ideário pós-estruturalista, hoje tão influente nos estudos da linguagem em geral e da tradução em particular acaba por gerar em muitos profissionais e estudiosos – e este trabalho é um reflexo disso – um certo retorno a uma estabilidade mínima para o fazer tradutório. Isso porque em vez de se valerem proveitosamente do abandono daquela “camisa de força” essencialista, muitos teóricos e tradutores se baseiam nesse ideário para extrapolar as fronteiras do que se poderia definir como tradução.

Portanto, como parte da conclusão deste trabalho, proponho novas reflexões sobre a aplicação do pensamento pós-moderno à tradução e à linguagem, para que se possa fazer maior proveito daquelas suas proposições que de fato podem contribuir para a valorização da tradução e do tradutor.

No tocante à discussão da ética na tradução, ou da tradução ética, julgo de suma importância vinculá-la às bases filosóficas que primeiro refletiram sobre a ética e o desenvolvimento dessa reflexão na filosofia e nas ciências sociais de modo geral. Neste trabalho, apresentei as contribuições de Berman e Venuti na articulação entre ética e tradução, mas espero poder fazer um aprofundamento do estudo da ética associado a questões teórico-filosóficas de maior fôlego num trabalho posterior. Será muito bem-vinda a contribuição de outros estudiosos da área nesse sentido<sup>9</sup>. Nosso intenso debate acerca dos conceitos que atravessam o campo da tradução, multidisciplinar por definição, será mais enriquecido se caminhar nessa direção.

Por fim, gostaria de concluir esta dissertação afirmando que tenho consciência de que esse caminho de reflexão tomado neste trabalho pode facilmente ser alvo de crítica por parecer para alguns uma volta ao essencialismo. Esclareço novamente que não defendo um retorno às premissas essencialistas ou imanentistas relativas à estabilidade dos significados e dos sentidos. O que defendo é uma revisão da aplicação das teorias pós-modernas que exercem tanta influência sobre nosso campo de estudo e atuação porque acredito que um deslizamento incessante das fronteiras do traduzir gera efeitos negativos e não promovem o reconhecimento das complexidades envolvidas nos processos de tradução.

Sei que estou diante de um desafio imposto em grande parte pelas práticas de reescrita como algumas aqui estudadas, e por teorias que, como os *Descriptive Translation Studies - DTS*, “mostram-se interessadas sobretudo em tecer análises sobre *em que consiste* o comportamento tradutório em vez de determinar *em que deveria consistir*” (Nielsen, p.31, inédito). O desafio, para mim, é, mesmo buscando compreender os determinantes das diferentes práticas tidas como tradução, identificar parâmetros mais próprios à prática e à teoria da tradução.

---

<sup>9</sup> A professora Lenita Rimoli Esteves (USP) tem um estudo em andamento sobre a teorização da ética no campo das ciências humanas e a relação da tradução com essa teorização (resumo para apresentação de trabalho em sessão coordenada do CIATI 2007 – inédito).